

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 3 | edição nº 1 | 2014

*A China, O Sistema Internacional e
o Sul: Ascensão Pacífica?*

Cristina Soreanu Pecequilo,
Corival Alves do Carmo

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

*A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

A CHINA, O SISTEMA INTERNACIONAL E O SUL: ASCENSÃO PACÍFICA?

Cristina Soreanu Pecequilo¹

Corival Alves do Carmo²

Resumo: O processo de reordenamento do equilíbrio de poder global iniciado em 1989 atravessa, no século XXI uma de suas fases mais decisivas, com a consolidação das potências do Sul como atores de relevância internacional, como exemplificado pelos BRICS. Dentre estes, a ascensão da China tem provocado transformações nas relações Sul-Sul e na dinâmica Norte-Sul, incluindo o papel dos Estados Unidos, por conta de seu poder econômico, político e estratégico. Definida como ascensão pacífica, porém, esta consolidação de poder é cercada de controvérsias e tem gerado inúmeras análises sobre o seu impacto no Primeiro e no Terceiro Mundo. Diante deste contexto, o objetivo deste artigo é discutir, a partir da política externa da China os pilares de sua projeção internacional, avaliando a dinâmica de cooperação Sul-Sul contemporânea, em nível bilateral e multilateral. Por meio de uma análise documental e bibliográfica, indica-se que a possibilidade de consolidação de uma hegemonia global chinesa é matizada por seu discurso diplomático externo, e gera tanto prosperidade e crescimento, quanto desequilíbrios ao Norte e ao Sul. Da mesma forma, indica a existência de possíveis vulnerabilidades na própria China.

Palavras-Chave: China; Cooperação Sul-Sul; Hegemonia; BRICS.

CHINA, THE INTERNATIONAL SYSTEM AND THE SOUTH: PEACEFUL RISE?

Abstract: The process of redefinition of the global balance of power that begun in 1989 is undergoing one of its most decisive stages in the 21st century, with the strengthening of powers from the South as relevant players in the international arena, as exemplified by the BRICS. Among them, China's rise is affecting South-South relations and the North-South dynamics, including US role, due to its economic, political and strategic power. Although defined as a peaceful rise, the consolidation of China's power is surrounded by debate and is generating several studies regarding its impacts on the First and Third Worlds. Considering these trends, the goal of this paper is to analyze, by evaluating China's foreign

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Pesquisadora Associada do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NERINT/UFRGS) e dos Grupos de Pesquisa Relações Internacionais do Brasil Contemporâneo da Universidade de Brasília (UnB) e Inserção Internacional Brasileira: Projeção Global e Regional (UFABC/UNIFESP). E-mail: crispece@gmail.com

² Mestre em Economia pela UNICAMP, Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: corival@gmail.com

policy, the main pillars of its international power projection agenda, considering the dynamics of contemporary South-South cooperation in bilateral and multilateral levels. By analyzing official documents and bibliographical references, it is possible to suggest that the rise of China's possible global hegemony is balanced by its diplomatic rhetoric, and is generating both prosperity and growth, and imbalances in the North and South. At the same time, it shows China's own possible vulnerabilities.

Key Words: China; South-South Cooperation; Hegemony; BRICS.

A China, o Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica?³

Desde 1970, inúmeras hipóteses tem se sucedido sobre o futuro da hegemonia dos Estados Unidos e a consolidação de um novo equilíbrio político e econômico global. Na oportunidade, indicou-se a emergência da tripolaridade econômica do Norte, Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental, da qual se derivava a consolidação do Século Asiático. O foco deste processo era o Japão, cujo crescimento econômico passou a ser associado a um papel político diferenciado, de “poder civil global” que colocaria em xeque os paradigmas de competição estatal, em particular após o fim da Guerra Fria. Porém, a estagnação da economia japonesa (e a permanência de seu alinhamento estratégico-militar com os norte-americanos) e a eclosão dos ciclos recessivos das economias ocidentais levaram a uma mudança de percepção sobre a conformação de um novo cenário mundial.

Em linhas gerais, esta conformação seria representada, no século XXI, pela ascensão, ainda, de um Século Asiático, mas focado na China, refletida, particularmente na sua crescente participação no comércio internacional: de menos de 1,5% das exportações mundiais, a China alcançou mais de 10% no pós-crise de 2008, e durante os primeiros anos do século XXI se tornou um impulsor do crescimento dos países periféricos. Este é um elemento significativo desta era, vis a vis a transição hegemônica anterior, da Grã-Bretanha aos Estados Unidos. Uma das diferenças sempre apontadas entre o período da hegemonia britânica e da norte-americana foi a menor importância do comércio internacional para os Estados Unidos. Isto fez com que comparativamente, o peso do comércio como indutor do crescimento dos demais países, particularmente, da periferia, tenha sido menor no auge da hegemonia norte-americana do que no da britânica. Em comparação, a hegemonia britânica puxou por meio das importações de produtos primários, o crescimento de áreas tão distintas como a Argentina, a Austrália e mesmo o Sul dos Estados Unidos.

Assim, de certa forma similar à hegemonia britânica, a expansão econômica chinesa recupera a dinâmica de transferência do dinamismo econômico da potência em ascensão para a periferia por meio da importação de produtos primários. Por outro lado, em mais um paralelo ao crescimento das potências desenvolvidas, no caso do Japão, a

³ Uma versão para debate do texto foi apresentada no 4º Encontro da ABRI. O texto é desenvolvido como parte das pesquisas do projeto “A construção da integração na América do Sul e a China: a política externa dos países sul-americanos”, com o apoio do CNPq (Edital Ciências Humanas 18/2012). Estas reflexões contaram com a colaboração dos graduandos em Relações Internacionais da UNIFESP/Osasco Márcio José de Oliveira Júnior (bolsista de IC/FAPESP) e Emerson Junqueira (bolsista CAPES/Jovens Talentos).

expansão chinesa ainda mantém a dinâmica construída a partir da ascensão industrial japonesa ao estimular os vínculos entre as cadeias produtivas industriais dos países do sudeste asiático realimentando, assim, o crescimento recíproco.

Quase simultânea à ascensão chinesa, e também impulsionada por ela, houve o despontar de Brasil, Rússia e Índia também neste início do século XXI como potenciais novos polos de poder (cada qual com uma trajetória, vulnerabilidade e vantagens comparativas distintas). No caso da Rússia, o século XXI representou o reposicionamento estratégico diante do Ocidente e a recuperação do profundo declínio econômico do pós-Guerra que se seguiu ao desaparecimento da antiga União Soviética. Isto somente foi possível a partir das redefinições políticas internas e externas realizadas pelos governos Putin e Medvedev (1999/2014) e favorecida economicamente pela elevação dos preços do petróleo e do gás.

Por sua vez, a Índia conseguiu elevar significativamente as taxas de crescimento da economia, com estímulos aos setores de serviços e tecnologia (incluindo o fortalecimento da indústria do *software* e da prestação internacional de serviços). Assim, ainda que a presença no comércio internacional da Índia não seja comparável a da China, o país obteve a elevação de suas exportações. O Brasil no mesmo período adotou uma política externa mais assertiva, procurou fortalecer os laços políticos com os países sul-americanos de modo a favorecer sua projeção internacional de poder e contou com a colaboração dos impulsos advindos da China através da demanda por importações para aumentar a sua taxa de crescimento, o volume das exportações e inclusive enfrentar a crise de 2008.

Os resultados econômicos e políticos favoráveis destes países associados à estratégia de investimentos dos financistas geraram o acrônimo BRIC (BRICS a partir de 2011 com a inclusão da África do Sul) para designá-los e os colocaram no centro da discussão sobre a redistribuição de poder em escala mundial, como citado. E, também como indicado, provocaram a inversão da lógica tradicional que sugeria que o impacto das crises era maior na periferia do que nos países centrais. Afinal, em 2008, observou-se justamente o inverso: os países centrais foram mais afetados pela crise do que os periféricos. Assim, Brasil, Rússia, China, Índia, e África do Sul, países periféricos na economia mundial, apresentar-se-iam nos anos 2000 como desafiadores do *status quo* de poder internacional.

Esta dinâmica é significativa, pois, historicamente, as hegemonias que se sucederam, da Grã-Bretanha aos Estados Unidos, e mesmo suas desafiadoras, Alemanha e Japão, não poderiam ser definidas como periféricas, sendo representativas de líderes dos processos de desenvolvimento econômico e político mundial. Por outro lado, em termos contemporâneos, as “novas desafiadoras” emergem do Sul, estando ao lado da China, o Brasil, a Índia e a África do Sul. Mais ainda, estas potências não podem ser consideradas “revisionistas”, ou seja, que desejam a desestruturação da corrente ordem global, mas “reformistas”, ao demandar a sua atualização.

A própria ascensão destes Estados decorre da forma na qual se inseriram na atual ordem econômica e política internacional, e sem uma posição de poder consolidada, o revisionismo extemporâneo poderia jogar contra os próprios Estados em ascensão. O exemplo mais notório refere-se à relação destes países com o dólar. Ao mesmo tempo em que questionam as políticas norte-americanas com relação ao dólar, colaboram com os Estados Unidos, pois uma fragilização do dólar não interessa a estes países que há anos acumulam reservas nesta moeda. Em tal contexto, o reformismo aparece como a melhor estratégia e se manifesta, particularmente, na defesa de mudanças nas instituições internacionais de modo a reconhecer a redistribuição de poder ocorrida no sistema internacional nos últimos anos.

Entretanto, neste aspecto já se manifestam as contradições entre o desejo de articulação dos emergentes e a posição ocupada por cada um na hierarquia do sistema internacional. O reformismo chinês e russo não reflete as mesmas demandas de Brasil e Índia, particularmente, pois compõem há décadas o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além deste aspecto, a Rússia destoa em termos de perfil terceiro mundista e periférico, instrumentalizando sua identidade pós-soviética para garantir seu reposicionamento internacional em condições internas ainda adversas. Apesar dos recursos de petróleo e gás, associados ao poder militar, permitirem a continuidade da projeção do poder russo na Eurásia, no Leste Europeu e na União Europeia, e manterem o crescimento econômico, a situação russa é de dependência de *commodities*: permanece, portanto, o desafio russo de reposicionar-se na divisão internacional do trabalho.

Independente das discussões sobre o perfil da Rússia/URSS, se ela seria o elo mais fraco (ou inadequado) dos BRICS, ou se esta classificação de menor poder relativo se aplicaria mais adequadamente ao Brasil ou a África do Sul, ou se a Índia encontraria

limites a sua modernização econômica em raízes sócio-culturais, poucos parecem discordar que a China surge como o elo mais sólido da coalizão. Esta solidez, inclusive, é objeto de preocupação pelos demais parceiros no que se refere à dinâmica destas alianças e as suas relações bilaterais, uma vez que a China detém uma posição dual nestas estruturas. Ao mesmo tempo em que as valoriza como essenciais a sua projeção como nação de Terceiro Mundo, e do Sul, as mesmas também são secundárias em alguns momentos devido ao peso do intercâmbio sino-americano.

Este intercâmbio demonstra-se como dominante na agenda da China, uma vez que os Estados Unidos são considerados pela diplomacia chinesa como o único país capaz de criar obstáculos à consolidação de sua ascensão (ou facilitá-lo). A partir de meados do século XXI surgiram hipóteses de que a ascensão da China, associada à permanência da hegemonia dos Estados Unidos, poderia provocar o surgimento de uma bipolaridade renovada sino-americana (o chamado “G2”). Tal G2 poderia ser associado tanto a elementos de cooperação como de conflito, resultantes da interdependência entre estas duas nações, como da vulnerabilidade da China diante dos Estados Unidos (e vice versa).

Este cenário de interdependência e vulnerabilidade confere à política externa chinesa um sentido pragmático, visando não confrontar os norte-americanos diretamente, ao mesmo tempo em que busca alternativas de parceria internacional, com ênfase na cooperação Sul-Sul (em nível multilateral e estatal). A ação da China neste âmbito tem provocado alterações no panorama geopolítico e geoeconômico da Ásia Central, da África e da América Latina, transformando estes espaços intrarregionalmente e seu sistema de relações internacionais. A redefinição de hierarquias de poder, a reformatação de dependências pode vir a reproduzir na arena Sul-Sul os mesmos dilemas das assimetrias Norte-Sul, sendo necessária uma compreensão destes fenômenos.

A Política Externa da China: Reflexões Breves

Avaliando as linhas gerais da política externa da China é possível apontar, como indica Sutter (2012) um forte senso de pragmatismo e de continuidade de estratégias. A China detém como “primeira prioridade” a estabilidade e fortalecimento do Estado nacional, a partir de uma base sustentada de crescimento econômico e diminuição de vulnerabilidades internas e externas, a partir de ganhos de autonomia e recursos de poder,

para garantia da soberania e a não ingerência de potências estrangeiras. Ainda no que se refere às potências estrangeiras, o objetivo é o da convivência mútua e o da compreensão das identidades diferenciadas de cada Estado. Observa-se uma política não confrontacionista diante dos grandes poderes no eixo Norte, associada à cooperação, que se estende às nações do eixo Sul. Igualmente, apesar de seu poder, a China busca definir-se como uma destas nações do “Sul”, preservando sua identidade político-social-estratégica como nação do Terceiro Mundo e em desenvolvimento.

Estas diretrizes estratégicas foram sistematizadas na década de 1950 quando Zhou Enlai apresentou os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”. Segundo Visentini (2011) estes princípios são sistematizados nas seguintes prioridades: a preservação da soberania e da integridade nacional, a não-agressão, a não ingerência/não intervenção em outras nações, a reciprocidade e a igualdade e a coexistência pacífica entre os Estados independente de suas motivações ideológicas ou sistemas políticos. No contexto de seu nascimento, estes princípios encontram-se associados à bipolaridade da Guerra Fria, à emergência do movimento não-alinhado, ao surgimento do Terceiro Mundo e da perspectiva Sul na política internacional. Taticamente, desde este período, a China tem atualizado a forma como busca atingir estes objetivos, tendo em vista o contexto internacional da época e seus recursos de poder. Ainda que detivessem caráter propositivo, estes princípios eram sustentados em uma base de poder mais vulnerável comparativamente ao contexto atual, o que lhes conferia forte elemento defensivo (ou de baixo perfil). A partir dos anos 1970, ganhos de autonomia permitiram a elevação de assertividade nacional, que, a cada etapa de fortalecimento político e econômico desde então torna-se mais sólida, atingindo uma ação de alto perfil.

Embora a preservação da soberania seja um objetivo inerente a todos os Estados nacionais, para países que enfrentaram períodos de intervenção externa, aos quais estiveram associados riscos de colonização e fragmentação, o sentido da preservação da integridade nacional e territorial aparece de forma mais sólida. Da mesma forma, este elemento é associado à busca da consolidação do poder nacional, visando impedir o retorno destas ameaças potenciais. Realizada de forma gradual, esta consolidação permitirá a superação de vulnerabilidades e o reposicionamento do Estado no equilíbrio de poder mundial, por meio de uma tática de ocupação de espaços e vácuos, sem confrontações abertas que indiquem a construção da assertividade (ou inclinações imperiais que possam

representar ameaça a nações menores). E, desde 1949, a República Popular da China realiza movimentos no sentido de atingir estes propósitos e solidificar sua posição na hierarquia de poder mundial, como discutido.

Definido como ascensão pacífica este fenômeno é sistematizado por Yahuda (2004) nos seguintes termos,

A China estabeleceu relações funcionais com os Estados Unidos, baseadas no reconhecimento que apesar de seus diferenças e de conflitos ocasionais de interesse, os dois Estados compartilham o compromisso de preservar a ordem internacional na região na qual ambos se beneficiam. A China também desenvolveu relações não-conflitivas com os outros poderes regionais, Japão, Rússia e Índia. As trocas econômicas estão crescendo (...). A China desenvolveu relações com vizinhos menores por meio de instituições multilaterais (...) A ascensão da China não necessariamente virá às custas dos outros e a hegemonia norte-americana pode acomodá-la (...) existe pouco no ambiente internacional que pode atrapalhar esta “ascensão pacífica” (YAHUDA, 2004, p. 309-310).

Com isso, o conceito, defendido pela China, é de que o aumento da sua presença internacional, independente do momento histórico e do poder relativo chinês, não altera a sua postura pacífica. No caso, esta postura implica a ausência de revisionismo sobre a ordem internacional e seus líderes, como a imposição de sua regra a outras nações, em particular às nações do Sul. Ainda que esta avaliação não seja consenso entre os analistas, o pragmatismo que tem sido atrelado a sua projeção de poder nas últimas décadas demonstra a habilidade estratégico-tática das lideranças chinesas. Tal habilidade deriva da não confrontação e acomodação, que pode ser traduzida pela busca de uma expansão “silenciosa” de seus interesses em escala regional e global (que, paralelamente remete à ausência da habilidade das potências do Norte, em particular os Estados Unidos, para perceber este processo de construção chinesa).

Em linhas gerais, a dimensão contemporânea da ascensão pacífica detém dois pilares: o político estratégico e o econômico. No caso do pilar político-estratégico, o início do processo ocorre na década de 1970, enquanto o econômico tem como ponto de partida a implementação da Política das Quatro Modernizações em 1978.

Analisando separadamente estes dois componentes de construção e afirmação da política chinesa, a reinserção internacional político-estratégica é sustentada na aproximação bilateral com os Estados Unidos. Naquele momento, a reaproximação sino-americana realizada pelo Assessor de Segurança Nacional Henry Kissinger, na gestão

presidencial de Richard Nixon, representava um marco no cenário da bipolaridade e no discurso tradicional anti-comunista dos Estados Unidos. Com foco na cisão sino-russa gerada por divergências entre as duas nações, a reaproximação visava cooptar a China, percebida por Kissinger, como um dos polos relevantes do poder global, isolando a então União Soviética e gerando pressões sobre os competidores capitalistas ocidentais, Europa e Japão.

Para a China, cuja situação econômica e política se apresentava em compasso de espera e estrategicamente ameaçada por Moscou, o intercâmbio bilateral surge como instrumental em duas dimensões: primeiro, a de seu fortalecimento vis a vis a União Soviética, e, segundo, a retomada de seu papel internacional e protagonismo, com o reconhecimento da potência hegemônica, os Estados Unidos⁴.

Ainda que não abandonem totalmente sua aliança com Taiwan, e usem a questão da ilha como forma de pressionar a China periodicamente, os norte-americanos adotam a política da “China Única” (*One China Policy*), reconhecendo a República Popular da China (RPC) como soberana, assim como seu *status* de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Assim, estabeleceu-se a tripolaridade Beijing-Washington-Moscou (ou Diplomacia do Ping Pong), considerada por Kissinger (2011) um dos elementos definidores das relações internacionais do século XX, com implicações para o fim da Guerra Fria, a dinâmica da hegemonia dos Estados Unidos e a ascensão da China como potência.

De acordo com Visentini (2011) esta reaproximação bilateral, permite iniciar no final da gestão Mao Zedong (1949/1976) um processo de redefinição das relações internacionais chinesas, que se solidifica na gestão Deng Xiaoping (1977/1999), após a vitória do grupo modernizador nas disputas pela transição interna de poder⁵. Esta redefinição possui dois pilares: a citada aliança estratégica com os Estados Unidos e a teoria dos três mundos, que percebia o sistema internacional dividido entre potências hegemônicas (Estados Unidos e União Soviética), potências não hegemônicas (Europa Ocidental) e o Terceiro Mundo, ao qual a China pertence (com ênfase na percepção de um mundo dividido entre Norte-Sul).

⁴ Para maior detalhamento da relação bilateral sino-americana ver PECEQUILO, 2013.

⁵ Ver VISENTINI, 2011, KISSINGER, 2011

Nos anos 1990, esta agenda foi novamente atualizada, a partir do encerramento da bipolaridade e da mudança qualitativa do poder relativo chinês, resultante do segundo componente da dimensão contemporânea da ascensão pacífica, o econômico. Esta raiz econômica localiza-se nas reformas empreendidas por Deng, conhecidas como “Política das Quatro Modernizações”. Indústria, defesa, agricultura foram definidas como áreas prioritárias para o fortalecimento da China e a sua reinserção nos ciclos da economia mundial, gerados pela Revolução Científica e Tecnológica (RCT) dos anos 1970.

Implementado a partir de 1978, sob o comando do Partido Comunista Chinês (PCC), este conjunto de reformas visava dinamizar a infraestrutura e mão de obra existentes dotando-as de caráter moderno a partir da atração de capital estrangeiro em espaços preferenciais, as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). As ZEEs tornaram-se plataformas de exportação de produtos manufaturados a preços acessíveis, direcionados inicialmente ao Ocidente (Estados Unidos), o que permitiu o crescimento acelerado e sustentado da indústria chinesa (cerca de 9-11% de crescimento médio nos anos 1990). Estabeleceu-se, assim, um sistema misto sustentado na lógica do mercado capitalista e no controle político do PCC, denominado de Economia Socialista de Mercado.

Contudo, o fim da Guerra Fria em 1989, e as instabilidades políticas geradas pelos protestos da Praça da Paz Celestial, quase promoveram uma quebra nesta estratégia de longo prazo e forçaram o governo Deng a adotar medidas centralizadoras a fim de manter o curso de reformas. Estas medidas foram essenciais para preservar a integridade chinesa e o seu ritmo gradual de modernização, evitando a crise terminal que se instalou sobre a União Soviética e que, em 1991, levou ao seu desmembramento.

Esta prioridade ganhou precedência mesmo sobre a manutenção de um clima positivo com os norte-americanos que lideraram, nos anos 1990, as críticas ocidentais à ação da China. No caso, Kissinger (2011) indica que a década de 1990 pode ser considerada uma das mais negativas politicamente na história recente das relações sino-americanas, com o governo republicano de George H. Bush (1989/1992) e o democrata de Bill Clinton (1993/2000) cedendo a pressões de grupos de interesse internos. Tais pressões focaram-se no campo dos direitos humanos e soberania para regiões como Taiwan e Tibet, contrariando os interesses chineses devido a estas tentativas de ingerência externa. Paradoxalmente, porém, estes desacordos políticos foram acompanhados por um vetor completamente oposto na economia: a década de 1990 representou o aprofundamento dos

laços comerciais sino-americanos, e a substituição do Japão pela China como principal parceiro econômico dos Estados Unidos. E nos anos 2000, a China torna-se a principal contraparte comercial do Japão evidenciando o seu papel como centro da economia asiática, e ampliando o desafio geopolítico e geoeconômico tanto para os seus vizinhos como para os Estados Unidos na região asiática.

Como resultado da preservação de sua agenda política e incremento de seu poder econômico, a China atravessou significativa década de modernização, urbanização e desenvolvimento, emergindo como uma potência global no início do século XXI. Em 2008, simbolicamente, a realização das Olimpíadas de Beijing representou esta ascensão. Assim, este processo levou à atualização dos pilares da política externa em alto perfil. Esta atualização não se distancia dos princípios originais da coexistência, mas promove mudanças táticas em resposta ao novo cenário pós-Guerra Fria e as novas realidades de poder chinesas, em busca de maior autonomia e assertividade. Definem-se como prioridades: a defesa da paz e do desenvolvimento, da atualização do multilateralismo e a construção de um mundo multipolar.

Paralelamente, o reforço da integridade territorial com a recusa das pressões externas sobre a soberania do Tibet (e os movimentos separatistas de Xinjiang), a reincorporação de antigos territórios (Macau, 1997 e Hong Kong, 1999), a apresentação do conceito de “uma nação, dois sistemas” aplicada em Hong Kong (e visando a reaproximação com Taiwan), destacam-se como movimentos de fortalecimento do Estado. As transições graduais de poder na Era pós-Deng igualmente são parte deste processo, combinando a preservação da agenda do PCC, ao mesmo tempo em que promove a renovação das gerações de líderes: Jian Zemin (1999/2002), Hu Jintao (2002/2013) e Xi Jinping a partir de 2013.

A chegada de novas lideranças ao poder junto com a ascensão econômica chinesa a qual se associam novas demandas de atuação internacional pressionam a China para renovar e reafirmar os princípios de política externa e atuação internacional. Desde o final dos anos 1990 foram introduzidos os seguintes termos: “Novo Conceito de Segurança”, “Ascensão Pacífica” ou “Desenvolvimento Pacífico”, “Período de Oportunidade Estratégica” e “Mundo Harmonioso”. Estes conceitos refletem tanto os novos desafios incorporados à agenda internacional chinesa como o esforço das novas lideranças de contribuir para a reflexão sobre o novo momento ao mesmo tempo em que buscam ordenar

o discurso chinês de modo a mostrar uma China não ameaçadora para os vizinhos e aberta aos novos tempos.

O “Novo Conceito de Segurança” relativiza o conceito de segurança nacional, focando não somente em ameaças individuais, mas naquelas que colocam em risco todos os povos. Com isso, enfatiza a premissa da segurança compartilhada. O conceito introduzido já em 1996 (CHINA, 2002) é reafirmado por Jiang Zemin em 2001 em discurso na comemoração dos 80 anos da fundação do Partido Comunista da China. Relacionando a proposta à incorporação do conceito de Coexistência Pacífica à esfera da segurança internacional afirma,

A comunidade internacional deve adquirir um novo conceito de segurança que tenha como núcleo a confiança mútua, o benefício recíproco, a igualdade e a colaboração, e o esforço pela criação de um ambiente internacional pacífico caracterizado pela estabilidade e segurança duradoura. Todos os países devem fortalecer os intercâmbios e cooperações econômicas e tecnológicas e alterar passo a passo a ordem econômica internacional injusta e pouco razoável, de modo que a globalização econômica alcance o objetivo de benefício e existência para todos (JIANG, 2002, p. 563).

A proposta responde aos desafios colocados pelo processo de globalização, que, em diferentes níveis, contribuiu para desterritorializar as ameaças à segurança (ZHAO, 2011). Por outro lado, o chamado chinês à cooperação não visa apenas às novas ameaças, mas também as questões tradicionais de segurança e os seus princípios devem embasar as negociações referentes às questões tradicionais, inclusive as conversações com os vizinhos. A Organização para Cooperação de Xangai (OCX) é um caso bem sucedido a partir da adoção do novo conceito (CHINA, 2002), ao associar os interesses de segurança e estratégicos da China na Ásia Central aos da Rússia e de outros países locais.

O conceito de “Ascensão Pacífica” foi introduzido por Zheng Bijian, intelectual próximo ao presidente Hu Jintao, e apareceu como resposta aos discursos crescentes na arena internacional sobre a ameaça chinesa. O conceito ganha projeção a partir de discurso proferido no Foro Boao para a Ásia em 2004, no qual Zheng discute como compatibilizar ascensão com paz, e a viabilidade deste caminho para a China.

De acordo com Bijian esta compatibilização é possível por duas razões: primeiro, porque à medida que o país ao mesmo tempo se engajou na globalização econômica e abriu seu mercado desde os anos 1970, criou condições para uma inserção no mercado

mundial por meio de uma cooperação na qual todas as partes ganham. Portanto, o crescimento chinês é um jogo de soma positiva (*win-win*). Segundo, a construção do socialismo com as características chinesas não é isolacionista ou expansionista: apesar da China se utilizar de benefícios providos pelo mercado mundial, o país depende fundamentalmente de si mesmo para lidar com os problemas decorrentes do desenvolvimento, devido ao seu grande território e recursos, e por isso possui condições de lidar com seus desafios sem acarretar problemas para outras nações. Particularmente em relação à região da Ásia-Pacífico, Zheng Bijian (2004) pontua:

A ascensão pacífica da China traz à região da Ásia Pacífico oportunidades para o desenvolvimento, condições para a paz e espaço para a cooperação. Além disso, acreditamos que a China e os países da Ásia Pacífico podem oferecer oportunidades uns aos outros. Quanto mais oportunidades nós dermos aos países da Ásia Pacífico, mais oportunidades obteremos deles. Se a China falhar em fornecer oportunidades aos países da Ásia Pacífico em seu processo de desenvolvimento, a China perderá a chance para a sua ascensão pacífica. A partir deste entendimento básico, a China nunca se converterá em uma ameaça à região. Não há como negar que a ascensão pacífica da China poderá, de alguma forma, intensificar a competição na região. Mas esta é uma competição de amizade, cooperação, benefícios mútuos e do jogo da soma positiva, não a competição das armas, ou por esferas de influência ou pela hegemonia.

Em artigo para *Foreign Affairs*, Zheng (2005) reforça este último ponto, a ascensão chinesa fugirá do padrão tradicional para a emergência de grandes potências. A China não pretende seguir o caminho da Alemanha ou do Japão anterior à Segunda Guerra Mundial, que buscavam conquistar recursos através do uso da força e almejavam a hegemonia, nem o padrão da Guerra Fria de estabelecer uma disputa entre modelos ideológicos para dominação global. Ao contrário, o crescimento chinês é uma janela de oportunidade para o resto do mundo na medida em que outras nações podem compartilhar da dinâmica deste processo. No caso da Ásia, os benefícios já são notórios. E finaliza, “A China não busca a hegemonia ou a predominância sobre assuntos internacionais. (...) O desenvolvimento da China depende da paz mundial – uma paz que seu desenvolvimento, por outro lado, reforçará”.

O conceito de ascensão pacífica também foi utilizado pelo primeiro-ministro Wen Jibao. Mas o que foi de fato incorporado à concepção de política externa chinesa foi o conceito de desenvolvimento pacífico utilizado pelo presidente Hu Jintao. O conceito

também foi apresentado no Foro Boao para a Ásia de 2004 e formalmente colocado como postulação da compatibilidade da expansão chinesa com a paz no Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico Chinês em 2011.

Note-se que o aspecto central tanto do discurso do presidente Hu Jintao como de Zheng Bijian, no Foro Boao de 2004, é apontar o crescimento chinês como base para a cooperação, para fortalecer as relações econômicas com os vizinhos. Ou seja, o crescimento econômico é uma razão para os países asiáticos e do Pacífico buscarem a aproximação com a China, mas o país não pretende utilizar isto como uma vantagem para estabelecer relações desiguais que resultem num jogo de soma zero. Ao contrário, deseja fortalecer a cooperação, para que isso resulte em ganhos mútuos.

A rigor, a China estaria afirmando não pretender associar o crescimento econômico a uma expansão tradicional com base no *hard power*, mas também não pretende hierarquizar as relações de cooperação com os vizinhos instrumentalizando o seu poder econômico como *soft power*. A afirmação desta linha de ação política associada ao princípio de não interferir nos assuntos internos dos parceiros, além de buscar evitar reproduzir o padrão de divisão ideológica com os Estados Unidos como ocorrido com a União Soviética talvez ajude explicar porque o modelo econômico chinês não foi adotado por outros países ou mesmo as políticas econômicas praticadas pela China.

Bird, Mandilaras e Popper (2012) em artigo no qual questionam se há um Consenso de Beijing em relação à política macroeconômica internacional, após analisar economias emergentes, economias em desenvolvimento, e as regiões Leste Asiático e Pacífico, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África, Sul da Ásia, África Subsaariana e Europa e Ásia Central, chegam à conclusão que, no período analisado 1985-2010, estes agrupamentos de países não adotam as mesmas políticas adotadas pela China. Assim poderíamos afirmar que a influência chinesa resultaria mais do seu peso sobre o comércio internacional do que do conjunto de propostas para gerir a economia e o Estado, condizente, portanto, com as linhas gerais do discurso chinês em relação à sua atuação internacional.

No Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico afirma-se:

A globalização econômica e a revolução na ciência e na tecnologia criaram condições históricas para mais países se revitalizarem buscando desenvolvimento econômico e cooperação mutuamente benéfica, e permitiu que mais países em desenvolvimento, embarcassem no caminho

do rápido desenvolvimento. Por conta disso, o tamanho da economia mundial e o potencial para desenvolvimento estão aumentando, a comunidade internacional se encontra em melhores condições para resistir a crises econômicas e financeiras e existe um forte ímpeto para reformar o sistema econômico internacional. O desenvolvimento pacífico da China se enquadra nesta tendência global. A China está feliz em ver e apoiar mais e mais países em desenvolvimento a mudar o seu destino, e também está contente em ver e apoiar os países desenvolvidos em manter a prosperidade e o desenvolvimento (CHINA, 2011).

Deve-se observar que os dois fatores aos quais se atribuem a possibilidade dos países crescerem ao mesmo tempo, dinamizando as suas economias e cooperando, a globalização econômica e a revolução na ciência e na tecnologia são fenômenos tipicamente associados ao capitalismo. E, no caso da globalização, refere-se à forma imposta pela dinâmica capitalista dos Estados Unidos e pelas políticas de liberalização. Como colocado por Zhou, “A ascensão chinesa ocorre dentro de um sistema baseado na orientação ocidental. Este sistema é produto da liderança de longa data dos Estados Unidos e o melhor sistema político e social do mundo, portanto, ele é muito sólido e difícil de ser superado.” (ZHOU, 2010, p.9).

Sendo assim, o governo chinês não se coloca em oposição direta a esses processos mesmo quando faz a defesa de reformas da ordem econômica e política internacional (defesa esta que se tornou uma demanda do próprio sistema em função da crise). O desenvolvimento pacífico chinês tanto contribuiria para esta agenda internacional de responder à crise como na modificação da situação econômica dos países em desenvolvimento, o que se insere dentro da concepção chinesa de cooperação Sul-Sul. Mais relevante ainda é que a China reconhece o seu papel proeminente na economia mundial na medida em que diz colaborar também para a “manutenção da prosperidade e do desenvolvimento” dos países desenvolvidos. Realidade que permite o mesmo documento afirmar “A China não pode se desenvolver isolada do resto do mundo, e a prosperidade global e a estabilidade não podem ser mantidas sem a China”. O nível de desenvolvimento alcançado até aqui pela China já não permite que seja excluída das decisões em relação às grandes questões econômicas internacionais.

O conceito de Mundo Harmonioso foi também apresentado pelo presidente Hu Jintao em discurso nas Nações Unidas em 2005, e incorpora as questões colocadas no âmbito do novo conceito de segurança e do desenvolvimento pacífico. Após o apelo por novas concepções sobre as relações internacionais para a construção de um mundo

harmonioso e de reforçar o compromisso chinês com a Carta das Nações Unidas, o presidente Hu Jintao (2005) afirma: “A nação chinesa ama a paz. O desenvolvimento chinês ao invés de prejudicar ou ameaçar aos demais, somente serve à paz, à estabilidade e à prosperidade comum no mundo.”.

Segundo relatório do Instituto China de Estudos Internacionais (CIIS na sigla em inglês), “A ideia da construção de um mundo harmonioso reflete as tradições culturais chinesas em suas trocas externas, que celebram o espírito de que o forte não está prejudicando o fraco, o rico não está afrontando o pobre” (CHEN, 2013, p. 4). Chen indica que o presidente Xi Jinping avança nesta proposta ao propor aos chineses o rejuvenescimento do país através da proposta do Sonho Chinês. Outro tema correlato foi a colocação do Sonho Mundial em discurso em Dar es Salaam, na Tanzânia, em março de 2013. Neste contexto, para a realização destes objetivos e do sonho africano de desenvolvimento faz-se necessária a cooperação entre as nações para garantir a paz e a prosperidade⁶.

Ressalta-se, como comum às diferentes concepções, a tentativa de apresentar-se a inserção internacional da China e as repercussões de sua crescente presença no mundo como inofensivas, não ameaçadoras seja para os vizinhos asiáticos seja para as grandes economias capitalistas desenvolvidas ou para os países em desenvolvimento. Todos estes conceitos são formas diferenciadas de apresentar ao mundo e reforçar o princípio da política externa chinesa sintetizado por Deng Xiaoping, *tao guang yang hui* (TGYH), que ressalta o baixo perfil da atuação internacional chinesa, “Somente nos tornaremos um grande poder político se mantivermos nosso baixo perfil (TGYH) e trabalhemos duro durante alguns anos, e nós teremos maior peso nos assuntos internacionais (Deng Xiaoping apud CHEN;WANG, 2011, p.197). E esta posição se expressa em uma declaração ainda mais direta sobre o posicionamento internacional da China, “alguns países no Terceiro Mundo querem que a China seja líder, mas não devemos, e esta é uma política nacional fundamental. Não podemos ser líderes, ou perderemos a iniciativa. A China deve sempre estar no Terceiro Mundo. A China nunca deve buscar a hegemonia e a China nunca deve buscar a liderança”. (Deng Xiaoping apud CHEN;WANG, 2011, p.198).

⁶ O discurso completo de Xi Jinping pode ser encontrado neste link do blog do Ministério das Relações Internacionais da Tailândia: <http://foreigntanzania.blogspot.com.br/2013/03/president-xi-jinpings-speech.html>. Para um resumo do Ministério das Relações Exteriores da China ver: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/topics/xjpcf1/t1025803.shtml>.

Para Shih e Yin (2013), algumas das dificuldades de se compreender a política externa chinesa derivam da dubiedade gerada pela existência de duas abordagens: de um lado, a civilizacional, que busca recuperar e reafirmar o orgulho de ser chinês, e de outro, a perspectiva de agir para a defesa da China territorial e atuar fundado na lógica do interesse nacional. O conceito do mundo harmonioso seria um destes produtos da China pré-ocidentalização, pois é um valor confuciano. Assim, a harmonia também é um fundamento interno e serve para constranger a atuação baseada no auto-interesse, e, deste modo, a harmonia é tomada como um valor chinês a ser projetado no mundo. “Proteger o interesse nacional implica assumir um conflito irreconciliável de interesse, no qual uma relação harmoniosa demanda transcender às divisões territoriais” (SHIH; YIN, 2013, p.67).

Esta lógica justifica concessões para gerar harmonia, como nos casos de negociação de fronteira com a Coreia do Norte, Mianmar e Butão. Por outro lado, o histórico das relações com o Ocidente desde o século XIX deixou marcas profundas, que reforçam a lógica territorial, e a política externa fundada no conceito de interesse nacional. O tradicional conceito de Coexistência Pacífica reflete este aspecto na política externa chinesa decorrente da percepção que não se pode esperar a harmonia neste plano. E a análise da inserção internacional chinesa com base no interesse nacional cresceu desde que Deng Xiaoping convocou que se fizesse “uma leitura mais estatista das questões internacionais” (SHIH; YIN, 2013, p.71). As duas lógicas fizeram com que ao mesmo tempo em que se afirma o Mundo Harmonioso se define o Tibete, Taiwan e Xinjiang como núcleo do interesse nacional. E, portanto, se reforça a possibilidade de conflitos. Em conclusão, para os autores,

O mundo harmonioso, em si mesmo, é um sistema onde se desempenham papéis. Dentre estes, o interesse nacional é um papel que foi adquirido desde o início e coincide com a agenda de política externa de administrar a competição entre a China e os Estados Unidos. O resultado da fórmula é que se nenhum país desafia os interesses nacionais do outro, um mundo harmonioso emergirá. Porém, esta fórmula não funciona nem na teoria e nem na prática (SHIH; YIN, 2013, p.83).

Todo o discurso chinês visa desmontar eventual ação preventiva por parte dos parceiros seja no âmbito político ou no econômico. No entanto, o esforço chinês ainda não foi suficiente, e a ascensão da China continua sendo percebida com desconfiança. Holyk (2011), a partir de enquetes realizadas nos Estados Unidos, na China, no Japão, na Coreia

do Sul, na Indonésia e no Vietnã sobre as percepções em relação à China, Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul, conclui que o *soft power* da China nos Estados Unidos seria menor do que o do Japão e da Coreia do Sul; no Japão teria desempenho inferior aos dos Estados Unidos e da Coreia do Sul; na Coreia do Sul seria inferior ao dos Estados Unidos e do Japão. No Vietnã e na Indonésia, a China fica à frente da Coreia do Sul, e ainda um pouco atrás dos Estados Unidos e do Japão, mas em condições competitivas. Foram criados índices para fazer um ranking para o *soft power* econômico, de capital humano, cultural, político, e diplomático. Os dados apontam para uma grande desconfiança, especialmente de japoneses e sul-coreanos, em relação às consequências da ascensão econômica chinesa sobre a região e possíveis repercussões militares. Apesar das limitações da pesquisa, ela surge como um bom sinalizador das dificuldades da China para ampliar a sua influência sobre o sistema internacional e conquistar a confiança da comunidade internacional em relação ao desenvolvimento pacífico.

Entretanto, isto não afeta a agenda das relações internacionais chinesas, que, neste quadro, estabeleceu duas frentes de ação como as preferenciais: a relação bilateral com os Estados Unidos (Norte-Sul) e a ampliação e diversificação dos intercâmbios Sul-Sul. O intercâmbio sino-americano permanece como prioritário devido à elevada interdependência econômica entre ambas as nações e a posição estratégica dos Estados Unidos no sistema internacional e na Ásia.

São comuns ciclos de conflito sino-americanos relativos a questões comerciais, direitos humanos e territoriais (Tibet, Taiwan). Mesmo que estes conflitos não levem a quebras devido à interdependência econômica entre as duas nações, não existindo tensionamento similar ao ocorrido no imediato pós-1989 devido ao episódio da Praça da Paz Celestial como discutido. Estes episódios, em particular do lado norte-americano, respondem a uma demanda de grupos de interesse internos que ajudam, instrumentalmente, o Executivo a pressionar estrategicamente a China em temas sensíveis de sua política interna e interesse nacional.

O unilateralismo norte-americano (bombardeio da Embaixada da China durante a Guerra de Kosovo em 1999, a Guerra Global Contra o Terror do governo Bush filho de 2001 a 2008) e as dinâmicas de contenção e engajamento aplicadas ao país como a Parceria Transpácífica (estratégia da administração Obama- 2009/2013- de avanço militar e comercial na Ásia em alianças sem a presença da China), também são fatores que elevam

a percepção de ameaça representada pelos Estados Unidos à China. Os Estados Unidos também criaram um novo comando militar para a África (USAFRICOM) que, como será visto no próximo item, é um dos espaços preferenciais de atuação da China na arena Sul-Sul, e reforçaram o tradicional comando do Pacífico (USPACOM) e a aliança militar com o Japão.

Mesmo a proposta do “G2” trazida por alguns analistas norte-americanos como forma de aumentar a cooperação (e os mecanismos do “Diálogo Estratégico” criados por Bush filho e reiterados por Obama seriam a base do processo) é vista como um fator de risco, pois limitaria a margem de manobra chinesa, poderia aumentar sua dependência dos Estados Unidos e a afastaria de seu perfil de nação de Terceiro Mundo. Igualmente, o “G2” poderia ser o prenúncio de uma nova bipolaridade, questionando a noção de “ascensão pacífica”.

Segundo Brzezinski (2012, p.172), em síntese, as movimentações norte-americanas afetam seis objetivos estratégicos chineses: a estabilização da interação político-econômica-estratégica com Taiwan; a redução do risco de estrangulamento geográfico; a ampliação da influência político-econômica no Leste Asiático (em particular nas nações menores); o fortalecimento do Paquistão como alternativa à potência indiana; incremento da projeção na Ásia Central vis a vis a presença russa para aumentar o acesso a recursos naturais (energia) em seu entorno próximo; expansão da presença na América Latina, Oriente Médio e África, para garantir acesso, e domínio, dos mercados locais, e acesso a matérias primas (minerais, agrícolas, energéticas). E, como se pode perceber, esta dinâmica nos leva à prioridade de ampliação e diversificação dos intercâmbios Sul-Sul.

A China e a Agenda de Cooperação Sul-Sul

Assim como a reaproximação com os Estados Unidos foi instrumental para a reinserção da China no cenário mundial na década de 1970, a cooperação Sul-Sul no século XXI é instrumental para elevar o perfil da diplomacia do país e reduzir sua dependência dos Estados Unidos. Com isso, a partir de 1999 o governo Jiang Zemin investiu de forma sólida e sustentada na abertura de novos espaços em nações pertencentes ao Sul.

No caso da África e da América Latina, procurou-se ocupar o vácuo deixado pelos norte-americanos, enquanto no Leste Asiático e na Ásia Central o movimento foi representativo de tendências agregadas de contenção dos Estados Unidos e ocupação de espaços (e recriação de alianças). Esta movimentação assume caráter estratégico para o reposicionamento da China em nível regional e global, com a criação de fatos novos a partir de uma diplomacia afirmativa de alto perfil. A identificação da China como uma nação de Terceiro Mundo e a sua agenda de demandas ao Norte com teor similar a de seus parceiros (reforma do multilateralismo e defesa do multipolarismo no âmbito das Nações Unidas, do G20 financeiro e da Organização Mundial de Comércio) são elementos que favorecem esta aproximação, em contraponto à hegemonia dos Estados Unidos, e a percepção de ameaça e unilateralismo a ela relacionadas.

Em termos regionais, a China busca a consolidação de um espaço político-econômico multilateral por meio de seu pertencimento a organismos já estabelecidos como a APEC (Cooperação Econômica da Ásia Pacífico), o ASEAN-ARF (Fórum Regional da Associação das Nações do Sudeste Asiático) e o FOCALAE (Fórum para a Cooperação entre o Leste Asiático e a América Latina⁷). Além disso, promoveu o lançamento da Cúpula do Leste Asiático, como um novo mecanismo de coordenação e debate de políticas. No caso de Taiwan, embora permaneçam divergências políticas, economicamente os sinais de aproximação são claros, e pode-se sugerir que não se desenvolvem de forma mais acentuada devido à presença norte-americana. A China também sustenta intercâmbios com a Península Coreana e atua de forma sistemática na questão nuclear da Coreia do Norte (Conversações das Seis Partes, as quais também pertencem Estados Unidos, as duas Coreias, a Rússia e o Japão). A criação da Parceria Transpacífica (TPP) pela administração Obama é também uma resposta a estes avanços regionais e também globais.

Adicionalmente, existe um esforço para a construção de uma aproximação diplomática sólida com as nações menores da região, visando atraí-las para a esfera de influência chinesa, em contraponto à japonesa. Com o Japão persistem problemas territoriais e relativos à invasão japonesa do país na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que resulta em uma relação difícil e competitiva. Inclusive, para os Estados Unidos, a permanência desta cisão sino-nipônica é estrategicamente positiva, com o país atuando

⁷ Na América Latina, além disso, a China atua desde 2004 como observadora da OEA- Organização dos Estados Americanos.

como um contraponto entre as duas potências. Neste sentido, é a dimensão Sul-Sul que prevalece no Leste Asiático e se estende às demais dimensões geopolíticas da Ásia.

No caso das relações China-Índia, observa-se a permanência de alguns desacordos bilaterais e uma forte competição por espaços regionais e globais (mercados e matérias primas em especial nos países do Sul), mas que é acompanhada sistematicamente por uma aproximação em nível multilateral. Neste nível percebe-se, particularmente por meio dos BRICS, uma coordenação de esforços entre as nações, com uma identidade própria e que se estende a uma atuação conjunta entre os emergentes nos demais fóruns internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC⁸), as Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o G-20 Financeiro. Nestes fóruns, destacam-se como temas a já citada defesa do multilateralismo (e sua atualização para refletir a nova arquitetura de poder mundial) e do multipolarismo.

Além da competição por espaços já mencionada, existem também divergências no que se refere à reforma das Nações Unidas, especificamente da ampliação dos membros permanentes do Conselho de Segurança, que, na hipótese de incluir novos emergentes poderia tirar da China a vantagem comparativa de ser a única nação do Terceiro Mundo neste mecanismo (a Rússia, apesar da sua definição como emergente não se enquadra nesta categoria de Terceiro Mundo). As candidaturas brasileira e indiana são, neste caso, as de preocupação mais imediata para a China.

Ainda na Ásia, na região Central e do Oriente Médio, a China avança significativamente (em cenários de choque com a Índia), em busca de recursos energéticos. Neste campo, a aproximação com a Rússia e a criação da OCX (Organização da Cooperação de Xangai) surgem como marcos. A OCX representa uma instituição de engajamento e contenção mútuos em uma arena de recursos naturais e energéticos (petróleo e gás) essenciais à China: da China e da Rússia sobre os Estados Unidos (e em menor medida a Índia), da Rússia sobre a China e da China sobre a Rússia.

Esta busca chinesa por recursos naturais e energéticos, somada a mercados, estende-se à África e à América Latina, conferindo dimensão global a sua ação no Sul. Em ambos os casos, são regiões ricas em recursos naturais e energéticos, mercados consumidores potenciais e que estavam à margem do interesse norte-americano no pós-Guerra Fria. Além

⁸ Em Maio de 2013, a eleição do diplomata Roberto Azevedo para o cargo de Secretário Geral da instituição foi apontada como uma “vitória dos pobres” contra os ricos, sendo produto de uma coalizão de forças entre as nações do Sul (o candidato mexicano derrotado, que concentrou os votos dos Estados Unidos e da União Europeia, por oposição, era definido como “o candidato dos ricos”).

disso, são espaços geopolíticos, que, guardadas as diferenças em escala e natureza dos problemas, encontravam-se (e ainda se encontram), pressionadas por crises sociais e econômicas. Nestas condições, a China tem conseguido prover assistência e parcerias estratégicas a estas nações, exercendo o seu poder brando por meio de recursos e intercâmbios, sem o peso das condicionalidades políticas impostas muitas vezes pelos norte-americanos e organismos internacionais (i.e *no strings attached*). Brzezinski (2012) indica que além destes esforços, a China também procura associar seus investimentos e presença, ao acesso a bens a estas populações, processo que o autor denomina de construção do “sonho chinês”.

No caso africano, o ano de 2000 marca o início de institucionalização do processo com o estabelecimento do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). O Fórum detém periodicidade trienal e tem mudado a face de diversos países africanos com maciços investimentos em infraestrutura e ajuda financeira, com projetos agrícolas e industriais, A abertura de mercados e o acesso preferencial da China aos recursos destes países é um elemento desta cooperação, que tem gerado o crescimento africano, mas que pode trazer formas renovadas de dependência, o mesmo ocorrendo na América Latina. Avaliando a natureza do relacionamento sino-africano, Sutter (2012) indica que,

O século XXI caracteriza-se pelo aprofundamento e ampliação da interação chinesa com os países africanos (...) O aumento do comércio, investimentos, e interações diplomáticas de alto nível chinesas com os países africanos (...) surge em forte contraposição às relações frequentemente estagnadas e contenciosas que os países africanos detém com as nações desenvolvidas e instituições financeiras internacionais. Um crescente aumento das compras de petróleo e outras matérias primas da África, um esforço simultâneo para o aumento das exportações chinesas aos mercados africanos e o incremento dos projetos de construção chineses na África são novos e importantes catalisadores do interesse chinês na África (SUTTER, 2101, p. 315).

Dentro da mesma estratégia, mas com um arranjo transregional foi criado, em 2003, também o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa ou Fórum de Macau, ao qual pertencem Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e Timor Leste. O Foro visa a cooperação e o desenvolvimento colocando Macau como o elo de ligação entre os diferentes países de língua portuguesa. A estratégia chinesa de cooperação Sul-Sul fez com que a China se tornasse para muitos países o principal provedor de recursos para cooperação, entretanto, o

conceito de ajuda da China não é o mesmo considerado como Ajuda Oficial ao Desenvolvimento pela OCDE (2012, p.4).

(...) além da assistência técnica, concessão de empréstimos e alívio da dívida, componentes como concessões não financeiras, acordos de comércio preferencial, esquemas de investimento, escapam a definição de ajuda oficial ao desenvolvimento. A ajuda chinesa encontra-se muito integrada a comércio e investimento (OECD, 2012, p.4).

Ao contrário dos demais emergentes que chegam agora a um papel significativo como provedores de ajuda ao desenvolvimento, a China tem uma longa tradição neste campo desde 1950, apoiando a Coreia do Norte e o Vietnã, e países não-alinhados da Ásia e da África. Em 1970, a ajuda chinesa superou a cifra de um bilhão de dólares, maior volume dentro do período 1949-1979. Dentro do mesmo período, o principal símbolo da cooperação chinesa foi a ferrovia Tanzânia-Zâmbia de 1800km. (OCDE, 2012, p.5-6).

O padrão da ferrovia Tanzânia-Zâmbia ainda reflete as principais características da cooperação oferecida pela China. Segundo o Livro Branco sobre a Ajuda Externa da China, 61% dos recursos destinam-se à infraestrutura econômica⁹. Assim, na mesma medida em que proporciona soluções para os problemas de infraestrutura internos da contraparte instala o capital fixo necessário para o fortalecimento das relações econômicas entre as partes, seja o comércio, seja a realização de investimentos de companhias chinesas. A indústria recebia 16,1%; energia e recursos para o desenvolvimento, 8,9%; e a agricultura, 4,3%, segundo os dados de 2009. Note-se, como pontua Arrighi (2008, p.226), “É somente ao fixar algumas infraestruturas físicas no espaço que o capital, em todas as suas formas fisicamente móveis, pode se mover de fato pelo espaço em busca do lucro máximo”, ou seja, a própria exploração dos recursos energéticos, agrícolas, etc., depende do investimento prévio em infraestrutura. O Livro Branco sobre a cooperação entre China e África de 2013 agrega,

Em 2012, as empresas chinesas completaram contratos de construção estimados em US\$ 40.83 bilhões na África, um aumento de 45% em comparação com 2009, correspondendo a 35,02% dos contratos externos chineses finalizados. A África tem sido o segundo maior mercado de contratos para a China há quatro anos consecutivos. Capital, equipamento

⁹ http://english.gov.cn/official/2011-04/21/content_1849913_4.htm

e tecnologias da China ajudaram efetivamente a reduzir os custos de construção nos países africanos e, como resultado, suas condições de infraestrutura melhoraram gradualmente¹⁰.

Por outro lado, o aspecto político da cooperação chinesa explica porque o maior número de projetos refere-se a obras de utilidade pública, 670 projetos em 2009, sendo 236 em ciência, educação e saúde, 85 instalações esportivas, 12 teatros e cinemas, etc. A indústria teve 635 projetos, 390 projetos são de infraestrutura econômica e 215 projetos agrícolas¹¹.

O Livro Branco sobre a Ajuda Externa da China aponta ainda que 47,5% dos recursos chineses de cooperação se destinam à África, 32,8% à Ásia, e 12,7% à América Latina e Caribe. Os países menos desenvolvidos recebem 39,7%¹². Ao contrário dos países da OCDE, a China oferta ajuda e cooperação para desenvolvimento também para países de renda média, inclusive países cuja renda per capita é superior à renda da China (OCDE, 2012, p.9). Do mesmo modo, o perdão de dívidas favorece os países da África e da Ásia¹³.

A cooperação Sul-Sul proposta pela China ainda é permeada significativamente pelos interesses comerciais. Por exemplo, dentre as medidas propostas pela China como apoio para os países menos desenvolvidos para que alcancem as metas do milênio está a promoção das exportações para China. Para os países menos desenvolvidos que reconhecem a China foram zeradas as tarifas para 95% dos produtos. Além disso a China compromete-se a estimular os investimentos das companhias chinesas nestes países¹⁴.

A China publicou dois Livros Brancos sobre a cooperação econômica e comercial com a África nos últimos anos, um em 2010 e outro em 2013. O último aponta que em 2009 a China se tornou o primeiro parceiro comercial do continente africano. O volume total de comércio alcançou 198,49 bilhões de dólares. E, a partir de 2004, a tendência foi o continente africano ter superávit em relação à China (exceto, 2007 e 2009), tendo este

¹⁰ http://www.china.org.cn/government/whitepaper/2013-08/29/content_29861255.htm

¹¹ http://english.gov.cn/official/2011-04/21/content_1849913_5.htm

¹² http://english.gov.cn/official/2011-04/21/content_1849913_6.htm

¹³ http://english.gov.cn/official/2011-04/21/content_1849913_5.htm

¹⁴ Ver Anexo II e VI do Livro Branco sobre a Ajuda Externa da China: http://english.gov.cn/official/2011-04/21/content_1849913.htm

crescido em 2010, 2011 e 2012. A participação do comércio China-África cresceu no comércio exterior total da China de 2,23% em 2000 para 5,13% em 2012. Em 2012, 6,23% das importações chinesas foram provenientes do continente africano, e 4,16% das exportações chinesas se destinaram a ele. Evidentemente o peso da China para a África é maior. No comércio exterior total do continente, a China representou 16,13% em 2012, no ano 2000 representava 3,82%. Em 2012 18,07% das exportações do continente africano se destinaram à China, e 14,11% das importações foram oriundas de lá. As perspectivas são assim indicadas:

O comércio bilateral sino-africano detém grande potencial dadas as condições de complementaridade entre os dois lados e é significativo para o desenvolvimento econômico tanto da China quanto da África. A China tomará diversas medidas necessárias para promover o desenvolvimento saudável do comércio China-África. Isso inclui a implementação do “Plano Especial de Comércio com a África”, que irá expandir a abrangência do tratamento de tarifa zero para produtos africanos exportados para a China e aumentar as importações chinesas da África e melhorar a construção de marcas, canais de marketing e a qualidade dos bens chineses exportados para a África. Adicionalmente, a China vai ajudar os países africanos a melhorar suas instalações alfandegárias e de inspeção de *commodities*, mobilizando ajuda para o comércio, dando apoio aos países africanos para promover a facilitação do comércio e impulsionar o desenvolvimento comercial dentro da África¹⁵.

O fluxo de investimento direto chinês cresceu de 1,44 bilhões de dólares em 2009 para 2,52 bilhões em 2012 e o estoque subiu de 9,33 bilhões de dólares para 21,23 bilhões no mesmo período. 30,6% dos investimentos estão no setor de mineração e extração de recursos naturais; 19,5% no setor financeiro; 16,4% na indústria da construção; e 15,3% na manufatura. Até o fim de 2012, a China havia firmado acordos bilaterais de investimentos com 32 países africanos. O Livro Branco de 2013 aponta adicionalmente:

A exploração de recursos energéticos e minerais é o maior impulso do crescimento econômico de muitos países africanos. Neste campo, as empresas chinesas ajudaram os países africanos a estabelecer um cadeia industrial integrada, transformando as vantagens dos recursos em oportunidades de crescimento econômico e ativamente participando na construção de infraestrutura pública de bem estar. Na República Democrática do Congo, as empresas chinesas construíram estradas, hospitais e outras infraestruturas públicas enquanto extraíam minérios de cobre-cobalto. Na África do Sul, a exploração mineradora chinesa

¹⁵ http://www.china.org.cn/government/whitepaper/2013-08/29/content_29861252.htm

estabeleceu fundos de ajuda para patrocinar assistência médica, redução da pobreza e educação em áreas locais e construir instalações avançadas de tratamento de água. As empresas chinesas patrocinaram a “Ação do Esplendor” e organizaram para que oftalmologistas de primeira linha fizessem cirurgia de cataratas em 623 pacientes no Zimbábue e em Zâmbia.¹⁶

Um aspecto importante da cooperação entre a China e a África está na agricultura. Entretanto, segundo Amanor (2013), a cooperação do continente africano no campo agrícola com a China e o Brasil apenas reforça as tendências do processo de acumulação engendradas pelas políticas de liberalização recomendadas pelos Estados Unidos e pelas organizações internacionais uma vez que a cooperação faz parte da estratégia dos países emergentes para conquistar novos mercados. De fato, não se apresenta um novo modelo de agricultura e, particularmente, a China está interessada na expansão da agricultura de exportação.

No Livro Branco de 2013, o tema merece um capítulo a parte. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que os dados do comércio não são exatamente os esperados. As exportações chinesas de produtos agrícolas para a África passaram de 1,58 bilhões para 2,49 bilhões de dólares entre 2009 e 2012. E as importações de 1,16 bilhões para 2,86 bilhões de dólares. Note-se que em 2009, a China exportava mais produtos agrícolas para a África do que importava. Este dado novamente aponta para a importância dos investimentos diretos chineses e do financiamento das obras de infraestrutura. De acordo com o Livro Branco, a razão do crescimento das exportações africanas de produtos agrícolas para a China foi a política de tarifa zero adotada em 2005 para alguns produtos. Ou seja, uma política de liberalização unilateral. Houve também um aumento dos investimentos chineses na agricultura africana entre 2009 e 2012 para apoiar o crescimento da exportações. Além disso, a China criou centros para demonstração de técnicas de manejo da agricultura para fortalecer a capacidade produtiva dos nacionais dos diferentes países africanos. No Livro Branco, a China compromete-se a ampliar essas iniciativas e aumentar os investimentos das empresas chinesas.

No segundo apêndice o Livro Branco traz os compromissos prioritários do governo chinês com a África firmados na 5ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação entre China e África para os próximos três anos. Primeiro, expandir a cooperação em

¹⁶ http://www.china.org.cn/government/whitepaper/2013-08/29/content_29861253.htm

investimento e financiamento, e para isso, a China irá disponibilizar 20 bilhões de dólares para os países africanos. Segundo, aumentar a assistência à África e os benefícios ao povo africano, e para isso a China construirá mais centros de demonstração de tecnologias agrícolas, ampliará a capacitação técnica e o fornecimento de bolsas de estudos, ampliará a cooperação no setor de saúde, entre outros projetos. Terceiro, apoiar a integração africana e ajudar a África a alcançar o desenvolvimento. Quarto, estreitar o relacionamento entre os dois povos, e para tanto a China promoverá a cooperação entre organizações não-governamentais, mulheres e jovens. Os dois lados estimularão ainda o intercâmbio entre os profissionais de mídia e a China implementará ainda um programa de cooperação acadêmica. Quinto, promoção da paz e da estabilidade na África e criar um ambiente seguro para o desenvolvimento dos países africanos. Para tanto a China lançará a "Initiative on China-Africa Cooperative Partnership for Peace and Security" visando aprofundar a cooperação com a União Africana e com os países da região em questões referentes à paz e a segurança no continente, e para isso, financiará missões da União Africana para manutenção da paz e o desenvolvimento da *African Standby Force*.

Como ressaltado pela OCDE (2012) e por Lu e Li (2010), a cooperação Sul-Sul da China está fortemente associada ao comércio. A partir desta lógica, é viável afirmar que o crescimento da cooperação Sul-Sul dentro do modelo chinês foi possível, a partir da primeira década do século XXI, porque a China deu um salto no seu desenvolvimento, o que resultou em uma diferenciação significativa da sua estrutura econômica interna, e , conseqüentemente, da pauta de exportações em relação aos países em desenvolvimento dos quais se aproximou. E este é o mecanismo também pelo qual os frutos do crescimento chinês podem ser compartilhados, "O comércio Sul-Sul também pode ser usado como uma instrumento político para a industrialização dos países de baixa renda e é ligado ao princípio das vantagens comparativas (LU;LI, 2010, p.232)

Por outro lado, apesar dos programas de cooperação tanto para capacitar pessoas na China como na contraparte assistida, a ação chinesa ainda envolve grande presença de chineses na África para realizar diretamente as obras e gerir os negócios. O que faz com que se guardem semelhanças com as tradicionais economias de enclave, e apesar dos propósitos de transferir *know-how* da China para África, o processo pode ser mais lento e complexo do que o refletido nas declarações governamentais. As relações de cooperação deixam evidenciados um lado ativo, que controla o processo e as iniciativas, a China, e um

lado passivo, o continente africano (JACKSON, 2012). Neste sentido, a cooperação Sul-Sul mantém características de verticalidade e hierarquia ainda que o doador não imponha condicionalidades políticas à maneira ocidental.

Porém, as repercussões econômicas do modelo chinês de cooperação são muito mais amplas do que o modelo ocidental. Enquanto o modelo ocidental apresenta uma série de reformas como elemento prévio para o crescimento econômico sustentável, o simples estabelecimento de relações econômicas com a China já é capaz de promover o crescimento econômico, e os resultados são ainda mais favoráveis com os pacotes chineses de investimentos e financiamentos. A cooperação associada ao comércio e aos investimentos pode explicar, porque a China se tornou um parceiro comercial mais importante do que os Estados Unidos para 128 países. Os Estados Unidos ainda estão à frente da China para 72 países (MCDONALD, 2013).

A percepção do avanço chinês na África levou os Estados Unidos a reagir com novos programas de ajuda direta para o continente na área de finanças e cooperação técnica (que englobam, inclusive, o âmbito da cooperação com o Brasil em arranjos trilaterais com nações africanas). Uma das declarações mais marcantes, e curiosas neste aspecto, foi a da ex-Secretária de Estado Hillary Clinton (2011), “alertando” os africanos para o “novo imperialismo chinês”. Além destas declarações e programas político-econômicos, os Estados Unidos também reagiram de forma estratégica, como analisado no item anterior com a criação de um novo comando militar para a África, o USAFRICOM, cujo foco é o Atlântico Sul. O USAFRICOM responde aos avanços chineses na África, mas, igualmente, aos brasileiros e indianos neste espaço, como aos acontecimentos na América Latina. A contrapartida do USAFRICOM nas Américas foi a reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul, o Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida no México (ambas de combate ao tráfico de drogas) e a preocupação com a Tríplice Fronteira.

Nesta região, reproduziu-se vácuo de poder similar ao africano da parte norte-americana, que nos anos 2000 foi ocupado inicialmente pelo Brasil (em particular na América do Sul), mas que depois passou a ser também objeto de interesse chinês. Além disso, os anos 2000 caracterizaram-se pelo retorno de governos populares ao poder na América Latina (a “guinada à esquerda”) que teve como seus principais representantes as administrações de Hugo Chávez na Venezuela (1999/2012) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010) no Brasil, a luz da crise gerada pela agenda do Consenso de Washington

(neoliberalismo econômico e político, diminuição do papel do Estado, abertura de mercados e cortes na agenda social). Este renascimento da esquerda permitiu uma renovação política externa na região, com ênfase em projetos de integração e, em larga escala, no eixo Sul-Sul das relações internacionais. Isso facilitou, adicionalmente, o aumento da ação da China localmente.

Assim, na América Latina, região na qual o Brasil detém forte presença geopolítica e geoeconômica, desenvolvendo projetos de integração como o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), a IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), os avanços chineses tem representado um importante desafio político e econômico. A base do envolvimento chinês na América Latina reproduz o do continente africano: procura por fornecedores de matérias primas (insumos, recursos energéticos e alimentos) e por novos mercados compradores dos produtos chineses industrializados de baixo, médio e alto valor agregado.

Para a China, a aproximação com a América Latina e, particularmente, com os países da Bacia do Caribe visa também afastar esses países de Taiwan. Tradicionais aliados dos EUA e envolvidos na luta anticomunista, muitos governos da América Central e Caribe ainda reconhecem Taiwan, estão incluídos nesta lista: Belize, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Panamá. Na América do Sul apenas o Paraguai ainda reconhece Taiwan e, na África, apenas Burkina Faso, São Tomé e Príncipe e Suazilândia. Fora estes, o reconhecimento está restrito aos governos de algumas ilhas do Pacífico, Kiribati, Nauru, Palau, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão e Tuvalu. Portanto, os principais apoios à Taiwan encontram-se no Caribe. Isto é, a oferta de cooperação Sul-Sul associada às oportunidades de negócios tornou-se um mecanismo eficaz para engendrar um reposicionamento político dos países da região.

O caso da Costa Rica é paradigmático neste sentido. O país, tradicional aliado dos Estados Unidos, reconheceu a República Popular da China em 2007. A construção do estádio nacional em São José pode ser tomado como um símbolo do fortalecimento da presença chinesa na região com um padrão de cooperação próximo ao praticado no continente africano, inclusive com a presença de operários chineses para realizar a obra. A presença chinesa não significa uma renovação política interna, ou algo do gênero, o ritmo e

a jornada de trabalho dos chineses foi contraposta pela imprensa costarriquenha à ineficiência dos trabalhadores locais (DEHART, 2012, p.1370). Após visita à China, o Ministro das Relações Exteriores do Equador, Ricardo Patiño, posta em seu blog um texto intitulado “*China y Ecuador, un ejemplo de cooperación Sur-Sur*”, e declara,

A China, segunda economia mais importante do mundo, participa do financiamento da construção de importantes obras públicas nacionais, entre elas as nossas centrais hidrelétricas. No médio prazo, estas transformarão o Equador em um dos países com maior percentual de energia limpa no mundo, e, além disso, uma nação com excedentes energéticos para exportar. Os apagões ficarão na história, a demanda interna de energia será satisfeita e, não só, gozaremos de outra fonte de recursos para o Estado (graças à venda do excedente energético), recursos que poderão ser revertidos em desenvolvimento para o país (PATIÑO, 2013).

Esta presença da China na América Latina indica que sem abandonar os instrumentos tradicionais da sua atuação política internacional de baixo perfil, suas políticas ganham um perfil mais alto e assertivo. A própria dimensão dos recursos envolvidos já impediria que a presença e as opções chinesas na política internacional passassem despercebidas. Entretanto, a China ousa na medida em que em que organiza, com os países da região, tradicionais aliados dos Estados Unidos, o Fórum de Alto Nível de Defesa entre América Latina e China em 2012 (ABDENUR;SOUZA NETO, 2013) e a criação do Fórum de Cooperação América Latina-China na cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) de janeiro de 2014. A China também adequa a sua atuação ao padrão ao qual os países latino-americanos se adaptaram nas relações com os Estados Unidos, e assina acordos de livre comércio com Chile, Peru e Costa Rica. Com isso a China agrega a possibilidade do livre comércio aos investimentos, financiamentos, perdão de dívidas, entre outros benefícios ofertados no modelo chinês de cooperação Sul-Sul. Isto coloca um desafio particularmente ao Brasil na América do Sul.

A desproporção entre os recursos chineses e brasileiros gera uma forte penetração chinesa em parceiros estratégicos como a Venezuela, visando o acesso preferencial aos recursos energéticos do país, e em nações do Cone Sul para a produção de alimentos e acesso a matérias primas. Ao reforçar seus laços com a China, os países sul-americanos tendem a distanciar-se do Brasil, cuja postura externa também tem sido oscilante, em particular a partir de 2011. Apesar do avanço do multilateralismo sul-americano durante o governo Lula (2003/2010), a agenda da Presidente Rousseff (2011/2014) demonstrou

menor intensidade e efetividade na continuidade e aprofundamento das estruturas regionais, o que facilitou o crescimento da influência chinesa na América Latina, com impactos nos projetos sul-americanos do Brasil. Com isso, segundo Gallagher e Porzecanski (2010) observa-se um cenário preocupante para a América Latina,

As exportações da China para a América Latina são concentradas em alguns poucos países e setores, excluindo a maioria (...) da oportunidade de se beneficiar do mercado chinês para suas exportações. A China está cada vez mais superando as exportações de manufaturas vindas da América Latina em mercados regionais e globais, e o pior ainda está por vir. A China está rapidamente construindo suas capacidades tecnológicas para o desenvolvimento industrial, enquanto a América Latina não está prestando atenção à inovação e ao desenvolvimento industrial (GALLAGHER E PORZECANSKI, 2010, p. 2).

Dentre estes países mais afetados pela presença chinesa incluem-se o México, a Argentina, a Venezuela e o Brasil. No caso brasileiro, além da competição político-estratégica acima mencionada por influência insere-se a penetração econômica da China no país, gerando uma “troca de dependências” dos Estados Unidos para o país asiático. A China se tornou nossa principal parceria individual, revertendo uma tendência histórica do século XX de aliança preferencial com os norte-americanos, em uma balança comercial sustentada por *commodities*. Além disso, a competição dos produtos manufaturados chineses, de baixo e alto valor agregado, afeta a economia e a indústria brasileira. Sistematizando estas reflexões, Cardoso aponta que,

A despeito dos fortes laços econômicos e políticos, existem fraquezas específicas na cooperação entre o Brasil e a China. Nas arenas de comércio, investimento e finanças destacam-se três questões (...) A primeira é o alto valor do real brasileiro (...) Uma das razões para o alto valor do real é o baixo valor da moeda chinesa, o Yuan, que negativamente afeta produtores de outros países (...) A segunda questão é a qualidade do comércio bilateral e dos investimentos chineses. Muitos criticaram os tipos de comércio desenvolvidos entre os dois países, chamando-os de mercantilista ou neo-colonialista. Até o momento, a China tem importado majoritariamente *commodities* (...) enquanto suas exportações são focadas em produtos manufaturados. (...) Adicionalmente, os investimentos da China no Brasil foram direcionados a projetos de infraestrutura que visam a produção, a extração e o transporte de recursos naturais e *commodities*. Isto pode minar o crescimento sustentável do Brasil (...) que gera empregos. A terceira questão que enfraquece a relação entre a China e o Brasil é a competição comercial entre eles na América Latina e na África. Desde 2004, o Brasil perdeu um terço de seus mercados (...) para a China (CARDOSO, 2012, p. 46 e p. 48).

Chama a atenção no caso da América Latina, tradicional zona de influência dos Estados Unidos a relativa ausência de resposta norte-americana a estes acontecimentos. Dentro da conhecida lógica da Doutrina Monroe, estabelecida pelos Estados Unidos em 1823, sistematizada na expressão “América para os Americanos”, cujos objetivos eram o estabelecimento de uma zona democrática, de paz e prosperidade no hemisfério, tanto a aproximação chinesa, como as iniciativas brasileiras passaram “sem resposta”. Tradicionalmente, qualquer avanço intrarregional ou extrarregional gerara respostas dos Estados Unidos desde o século XIX, sejam na forma de propostas do estabelecimento de áreas de livre comércio, parcerias políticas pela boa governança ou mesmo ingerências externas.

No pós-Guerra Fria, mesmo que esvaziadas posteriormente, chamaram a atenção projetos dos Estados Unidos como a Iniciativa das Américas (1990) e a Área de Livre Comércio das Américas, que visavam recuperar a projeção norte-americana regionalmente (estando em vigor, apenas, o Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos, o Canadá e o México, o NAFTA desde 1994), associadas ao Consenso de Washington. No século XXI, porém, a despeito dos avanços sino-brasileiros, poucas sinalizações de caráter abrangente no sentido de conter estes movimentos ocorreram. Dentre estes, os já citados projetos estratégicos-militares, e mesmo o diálogo estratégico Brasil-Estados Unidos, inserem-se como reações imediatas, mas sem continuidade ou efetividade da parte norte-americana. Este “novo” fenômeno representa duas questões: o fortalecimento do sul e o enfraquecimento dos Estados Unidos, mesmo em sua zona tradicional e preferencial de influência.

No caso latino-americano, inclusive, foram apresentadas hipóteses de que o Consenso de Washington foi substituído pelo Consenso de Beijing. O Consenso de Beijing traria oportunidades de interação econômica e cooperação política. Tal interação seria baseada no papel do Estado e um modelo de desenvolvimento social baseado no bem-estar das populações (JILBERTO e HOGENBOOM, 2012, P. 191). Entretanto, como discutido, a própria China parece não se demonstrar interessada na consolidação deste Consenso, situação similar a do G2. A ideia da imposição de uma regra política, ou mesmo de atribuição de responsabilidade ao Estado chinês em escala global poderia chocar-se com o conceito de ascensão pacífica e de cooperação Sul-Sul igualitária.

Considerações Finais

O processo de afirmação de uma potência no sistema internacional é dialético para as estruturas de poder mundial, pois representa uma transformação abrangente de posições hierárquicas no equilíbrio geopolítico. Com isso, podem ser observados fenômenos simultâneos de ascensão e declínio dos polos de poder que convivem no sistema internacional. Isto gera hipóteses, como discutido, de “trocas de hegemonia” ou construção de um mundo de perfil multipolar. Em termos contemporâneos, este fenômeno é sintetizado no declínio relativo dos Estados Unidos (e da Europa Ocidental) como eixos de poder tradicionais do Norte e a ascensão do Sul, com destaque aos BRICS e, dentro deles, a China. Um Sul, porém, diverso, pois abriga tanto estas nações emergentes (definidas como um possível “Segundo Mundo” no qual convivem tendências de pobreza e prosperidade), como países pobres, que compõem o grupo de países de menor desenvolvimento relativo (o Terceiro Mundo *strictu sensu*).

Observam-se ciclos de expansão e encolhimento não homogêneos destas potências, que permanecem em disputa pela melhoria de suas posições relativas, em nível estatal e por meio do estabelecimento de coalizões de geometria variável em organizações internacionais multilaterais já existentes e pela criação de alianças diferenciadas, nas quais os países do Sul são predominantes como os BRICS, a OCX, o FOCAC, dentre outros. A partir destes movimentos de cooperação Sul-Sul, poderia emergir a construção de uma nova ordem global, com valores e princípios mais associados ao desenvolvimento e às questões sociais.

Todavia, a postura da China como membro deste Sul atua tanto como geradora de consensos, como de desequilíbrios, à medida que sua ascensão afeta não só os Estados Unidos, como os demais emergentes em suas regiões e interesses multilaterais. Afinal, o potencial da consolidação chinesa é relacionado a dois níveis de dependência e assimetrias de poder: a sua ainda vulnerabilidade econômico-estratégica diante dos norte-americanos e a sua capacidade de, ela mesma, gerar estas mesmas dependências e assimetrias ao Sul.

No que se refere a este segundo ponto, ao buscar sua autonomia, a China afeta a autonomia de seus parceiros no Terceiro Mundo, elevando a competição no nível Sul-Sul. Ainda que pragmaticamente se reconheça que cooperação não é sinônimo de harmonia, é

preciso avaliar de forma equilibrada os impactos e o papel da China nesta agenda Sul-Sul e na Norte-Sul, e se a cooperação, em particular ao Sul, não se traduz em novas dependências. É questionável se, para a China, estas nações ao Sul, como mercados e fornecedoras de insumos energéticos e alimentos, conseguirão suprir a sua dependência diante do Ocidente.

Estas realidades permitem questionar o conceito de ascensão pacífica, visto que a presença chinesa gera, por sua expansão e intensidade, fatores de desequilíbrio, principalmente econômicos em sociedades do Norte e do Sul. Além disso, é preciso avaliar se o conceito de ascensão pacífica não está sendo compreendido apenas em termos tradicionais de transição de hegemonias, com uma superando a outras sem reações agressivas. O cenário atual parece demonstrar o contrário: afinal, tanto a China quanto os Estados Unidos competem, em movimentos de contenção e engajamentos mútuos, em espaços geográficos abrangentes. Trata-se de uma guerra por posições geopolíticas e geoeconômicas, cujos resultados não necessariamente geram estabilidade interna em ambos os países e em seus sistemas de aliados. As crises econômicas do Norte e as alternâncias de expansão e crise no Sul sugerem a complexidade deste cenário.

Adicionalmente, a natureza exportadora da economia chinesa já traz implícitas contradições domésticas derivadas da dependência do país dos demais mercados. Podem haver, assim, reações à expansão chinesa, relacionadas a diversos temas em aberto: qual é o limite da ampliação da presença econômica chinesa em outras sociedades? Quais seriam os referenciais para avaliar estes limites no médio e longo prazo, evitando uma fragilização mútua? Desindustrialização? Desemprego? Elevação generalizada dos preços das *commodities*? Déficits comerciais? Quais os riscos internos de uma desaceleração da economia chinesa para o campo doméstico e o cenário mundial? Estas são indagações que permanecem sem resposta e demandam maiores estudos ao Norte e ao Sul, sobre os impactos da chamada e (relativa) ascensão pacífica da China.

Referências Bibliográficas

- ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. “Cooperación china en América Latina. Las implicaciones de la asistencia para el desarrollo”. *Íconos, Revista de Ciencias Sociales*, n. 47, setembro/2013, pp. 69-85.
- AMANOR, Kojo Sebastian. South-South cooperation in Africa: historical, geopolitical and political economy dimensions of international developments. *IDS Bulletin*, vol. 44, n. 4, July 2013, pp.20-30.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XX*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- BIRD, Graham; MANDIRALAS, Alex; POPPER, Helen. “Is there a Beijing Consensus on international macroeconomic policy?”. *World Development*, vol. 40, n. 10, pp.1933-1943, 2012.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *Strategic Vision*. New York, Basic Books. 2012.
- CARDOSO, David. “China-Brazil: A Strategic Partnership in an Evolving World Order”. *East Asia*, 30 (35). p. 35-51
- CHEN, Dingding; WANG, Jianwei. “Lying low no more? China’s new thinking on the Tao Guang Yang Hui strategy”. *China: an international journal*, vol.9, n. 2, September 2011, pp.195-216.
- CHEN Xulong. In pursuit of the “World Dream”: the progress and prospects of China’s promotion of a harmonious world. *China Institute of International Relations, CIIS Report* n. 2, December 2013.
- CHINA-Ministério das Relações Exteriores. *China's Position Paper on the New Security Concept*. 31/07/2002. Disponível em: <http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zzjg/gjs/gjzzyhy/2612/2614/t15319.htm>. Acesso em: 09/02/2014.
- CHINA. *White Paper on China's Peaceful Development*. 2011. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2011-09/06/content_1941354.htm. Acesso em: 09/02/2014.
- CHINA. *White Paper on China-Africa Economic and Trade Cooperation*. 2010. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2010-12/23/content_1771603.htm. Acesso em: 15/02/2014.
- CHINA. *White Paper on China-Africa Economic and Trade Cooperation*. 2013. Disponível em: http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7189938.htm. Acesso em: 15/02/2014.
- CHINA. *White Paper on China’s Foreign Aid*. 2011. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2011-04/21/content_1849913.htm. Acesso em: 15/02/2014.

CHUNG, Jae Ho. "Decoding the evolutionary path of chinese foreign policy, 1949-2009: assessments and inferences". *East Asia*, vol. 28, n.3, pp.175-190, 2011.

DEHART, Monica. "Remodelling the global development landscape: the China model and South-South cooperation in Latin America". *Third World Quarterly*, vol. 33, n. 7, 2012, pp. 1359-1375.

GALLAGHER, Kevin P. and PORCEZANSKI, Roberto. *The dragon in the room*. Stanford: Stanford University Press. 2010.

HOLYK, Gregory G. "Paper Tiger? Chinese soft power in East Asia". *Political Science Quarterly*, vol. 126, n. 2, pp. 223-254, 2011.

JACKSON, Terence. "Postcolonialism and organizational knowledge in the wake of China's presence in Africa: interrogating South-South relations". *Organization*, vol. 19, n.2, 2012, pp.181-204.

JIANG, Zemin. *Reforma e construção da China*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

HE, Kai; FENG, Huiyun. Xi Jinping's operational code beliefs and China's foreign policy. *The Chinese Journal of International Politics*, vol. 6, n. 3, 2013, pp. 209-231.

HU Jintao. China's Development Is an Opportunity for Asia. Abril, 2004. Disponível em: <http://english.boaoforum.org/document2004/11119.jhtml>. Acesso em: 09/02/2014.

HU Jintao. Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity. Setembro, 2005. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t213091.htm>. Acesso em: 09/02/2014.

JILBERTO, Alex E. Fernandez and HOGENBOOM, Barbara. "Latin America- from Washington Consensus to Beijing Consensus?" in JILBERTO, Alex E. Fernandez and.

HOGENBOOM, Barbara (ed) *Latin America Facing China*. New York, Oxford: Berghahn Books. 2012.

KHANNA, Parag. *O Segundo mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2008.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LIM, Yves-Heng. "A tale of two realisms in chinese foreign policy". *China: an international journal*, vol.9, n.2, september 2011, pp.299-312.

LU, Xiaodong; LI, Ronglin. "South-South cooperation: is there a foundation in trade?" *Journal of Chinese Economic and Foreign Trade Policies*, vol. 3, n.3, 2010, pp. 221-234.

MCDONALD, Joe. Xi represents confidence China in US visit. *The Huffing Post*,

05/06/2013. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/huff-wires/20130605/as-china-us-confident-china/?utm_hp_ref=sports&ir=sports. Acesso em: 16/02/2014.
MONROE, Alice V (ed). China's foreign policy and soft power influence. New York: Nova Science Publishers Inc. 2010.

OCDE. Trade-related South-South co-operation: China. 2012. Disponível em: http://www.oecd.org/dac/aft/South-South_China.pdf. Acesso em: 15/02/2014.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica. Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2012.

PATIÑO, Ricardo. China y Ecuador, un ejemplo de cooperación Sur-Sur. 27/11/2013.

Disponível em: <http://www.ricardopatino.com/823/>. Acesso em: 16/02/2014.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos e o século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Campus Elsevier, 2013.

PEREIRA, Carlos; NEVES, João Augusto de Castro. "Brazil and China: South-South partnership or North-South competition?" Policy Paper, n. 26, 2011. Disponível em: http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2011/4/03-brazil-china-pereira/03_brazil_china_pereira.pdf. Acesso em: 16/02/2014.

SHELTON, Garth. "China, África y Sudáfrica. Avanzando hacia la cooperación Sur-Sur". In: BORON, Atilio; LECHINI, Gladys. Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Ásia y América Latina. Buenos Aires, Clacso, 2006.

SHIH, Chih-Yu; YIN, Jiwu. "Between core national interest and a Harmonious World: reconciling self-role conceptions in chinese foreign policy". The Chinese Journal of International Politics, vol. 6, n. 1, 2013, pp.59-84.

SUTTER, Robert G. Chinese foreign relations- power and policy since the Cold War. New York: Rowan and Littlefield Publishers, inc. 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. As relações diplomáticas da Ásia- articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes e equipe CEBRAFRICA. A África e as potências emergentes - nova partilha ou cooperação Sul-Sul. Porto Alegre: Ed. Leitura XXI. 2013.

YAHUDA, Michael. The international relations of the Asia Pacific. London: RoutledgeCurzon, 2nd and revised edition, 2004.

ZHAO, Zhongqin. "Non-traditional security and the New Concept of Security of China". In: BRAUCH, Hans Günter; SPRING, Úrsula Oswald, et alli (ed.). Coping with global environmental change, disasters and security: threats, challenges, vulnerabilities and risks. Berlim, Springer/Berghof Foundation, 2011.

ZHOU, Jinghao. *China's Peaceful Rise in a global context: a domestic aspect of China's road map to democratization*. Lanham-Maryland, Lexington Books, 2010.

ZHENG Bijian. "China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status". *Foreign Affairs*, September/October, 2005. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/61015/zheng-bijian/chinas-peaceful-rise-to-great-power-status>. Acesso em: 09/02/2014.

ZHENG Bijian. "China's Peaceful Rise and opportunities for the Asia-Pacific Region". Abril, 2004. Disponível em: <http://english.boaoforum.org/document2004/11161.jhtml>. Acesso em 09/02/2014.

ZHENG Bijian. *China's Peaceful Rise: speeches of Zheng Bijian: 1997-2005*. Washington, Brookings Institution Press, 2005.

Recebido em: Março 2014;
Aprovado em: Abril 2014.